Europa entre Fronteiras e Poder: Migração, Expansão e Estratégia em Tempos de Incerteza

Europe between borders and power: migration, enlargement and strategy in times of uncertainty

Europa entre fronteras y poder: migración, ampliación y estratégia em tempos de incertidumbre

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. A questão migratória foi o tema de destaque da quinzena europeia, com a finalização das discussões e obrigatoriedade de implementação do Novo Pacto de Migração e Asilo. O acordo entre Conselho e Parlamento Europeu cria novas regras para deportação de migrantes irregulares, incluindo centros de retorno fora da UE, maior poder de detenção e deportação, buscas em residências e restrições de benefícios sociais para quem não cumprir ordens de saída. Organizações de direitos humanos criticam as medidas por ampliarem a criminalização da imigração. Em contraste com esse endurecimento, a Espanha avança na regularização e Portugal registrou aumento da natalidade impulsionado por mães imigrantes, destacando o papel da imigração diante do envelhecimento populacional europeu. Outro destaque foi a cúpula em Montenegro sobre ampliação da União Europeia, onde líderes defenderam acelerar a integração dos Bálcãs Ocidentais e manter abertas as perspectivas de adesão para Ucrânia e Moldávia, argumentando que a expansão é estratégica para a segurança europeia. A guerra na Ucrânia continua dominando a agenda de segurança. A UE discute um novo pacote de sanções à Rússia, incluindo o adiamento da revisão do teto do preço do petróleo russo após a alta provocada pelo fechamento do Estreito de Ormuz. Por fim, a Comissão Europeia lançou o OceanEye, um plano de 92 milhões de euros para criar uma rede global de observação oceânica com satélites, sensores submarinos, drones e inteligência artificial. A iniciativa combina objetivos científicos, climáticos e de segurança marítima, posicionando a EU como principal potência em monitoramento, coleta de dados e inteligência sobre os oceanos até 2035.

Palavras-chave: União Europeia; guerra na Ucrânia; Migrações; Plano Europeu de Observação Oceânica.

Resumen*. La cuestión migratoria fue el tema central de la quincena europea, marcada por la conclusión de las negociaciones y la obligatoriedad de implementar el Nuevo Pacto sobre Migración y Asilo. El acuerdo entre el Consejo y el Parlamento Europeo establece nuevas normas para la deportación de migrantes en situación irregular, incluyendo la creación de centros de retorno fuera de la UE, mayores facultades de detención y expulsión, registros domiciliarios y restricciones a las prestaciones sociales para quienes no cumplan las órdenes de salida. Organizaciones de derechos humanos han criticado estas medidas por ampliar la criminalización de la inmigración. En contraste con este endurecimiento, España avanza en la regularización de migrantes y Portugal registró un aumento de la natalidad impulsado por madres inmigrantes, poniendo de relieve el papel de la inmigración frente al envejecimiento demográfico europeo.*

Otro hecho destacado fue la cumbre celebrada en Montenegro sobre la ampliación de la Unión Europea, donde los líderes defendieron la aceleración de la integración de los Balcanes Occidentales y el mantenimiento de las perspectivas de adhesión para Ucrania y Moldavia, argumentando que la ampliación constituye una inversión estratégica para la seguridad europea. La guerra en Ucrania continúa dominando la agenda de seguridad. La UE debate un nuevo paquete de sanciones contra Rusia, que incluye el aplazamiento de la revisión del límite máximo al precio del petróleo ruso tras el aumento provocado por el cierre del Estrecho de Ormuz. Por último, la Comisión Europea lanzó OceanEye, un plan de 92 millones de euros destinado a crear una red mundial de observación oceánica mediante satélites, sensores submarinos, drones e inteligencia artificial. La iniciativa combina objetivos científicos, climáticos y de seguridad marítima, posicionando a la UE como la principal potencia mundial en monitoreo, recopilación de datos e inteligencia oceánica para 2035.

Palabras clave: *Unión Europea; guerra en Ucrania; migraciones; Plan Europeo de Observación Oceánica.*

Abstract: *Migration was the defining issue of the past fortnight in Europe, marked by the conclusion of discussions and the mandatory implementation of the New Pact on Migration and Asylum. The agreement between the Council and the European Parliament introduces new rules for the deportation of irregular migrants, including the establishment of return centers outside the EU, expanded powers for detention and deportation, home searches, and restrictions on social benefits for those who fail to comply with return orders. Human rights organizations have criticized these measures for further criminalizing migration. In contrast to this tightening of migration policies, Spain is moving forward with the regularization of migrants, while Portugal has recorded an increase in birth rates driven by immigrant mothers, highlighting the importance of immigration in addressing Europe's aging population. Another major development was the summit in Montenegro on European Union enlargement, where leaders advocated accelerating the integration of the Western Balkans and keeping open the prospects of accession for Ukraine and Moldova, arguing that enlargement is a strategic investment in European security. The war in Ukraine continues to dominate the European security agenda. The EU is discussing a new package of sanctions against Russia, including postponing the review of the price cap on Russian oil following the surge in energy prices triggered by the closure of the Strait of Hormuz. Finally, the European Commission launched OceanEye, a €92 million initiative to create a global ocean observation network using satellites, underwater sensors, drones, and artificial intelligence. The project combines scientific, climate, and maritime security objectives, positioning the EU as a leading global power in ocean monitoring, data collection, and maritime intelligence by 2035.*

Keywords: *European Union; war in Ukraine; migration; European Ocean Observation Plan.*

Na última quinzena, os acontecimentos mais relevantes na Europa se concentraram na temática da migração. O principal fato político europeu foi a continuidade das discussões acerca da implementação do acordo para reformar o sistema de deportação de migrantes irregulares: o Novo Pacto de Migração e Asilo, que será implementado a partir de 12 de junho. O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo sobre o Regulamento de Regresso, que simplifica os procedimentos de retorno e cria os chamados "centros de regresso" fora das fronteiras da EU, para acolher migrantes sem direito de permanência no bloco. O Pacto europeu entrou em vigor em 2024, dando início a uma fase de transição de 2 anos, sendo de implementação obrigatória pelos governos nacionais a partir do dia 12.

As novas regras ampliam os poderes dos governos para deter e deportar pessoas sem autorização de residência, além de prever a criação de centros de retorno fora do território europeu. A medida tem gerado forte controvérsia e críticas de organizações de direitos humanos. Entre as principais mudanças, autoridades poderão realizar buscas em residências e outros locais para garantir o cumprimento das ordens de deportação. Migrantes considerados pouco cooperativos ou com risco de fuga poderão ser detidos por até dois anos e meio, período superior ao limite atual de 18 meses. Também poderão perder benefícios e auxílios sociais caso se recusem a cumprir a ordem de saída. Além disso, pessoas consideradas uma ameaça à segurança, poderão receber proibição vitalícia de entrada na União Europeia[1].

A União Europeia enfrenta um desafio estrutural crescente na gestão da imigração: anualmente milhões de migrantes entram legalmente no bloco e centenas de milhares solicitam asilo, paralelamente às entradas irregulares. Um dos principais problemas apontado é a baixa eficácia das deportações: as ordens de saída são emitidas, mas não são efetivamente cumpridas em sua totalidade, resultando numa taxa de repatriamento inferior a 30%. O sistema atual também sofre com desequilíbrios geográficos, tendo em vista que a responsabilidade recai sobre os países de primeira entrada, como Itália, Grécia, Espanha e Malta, sobrecarregando suas capacidades de acolhimento. Tentativas anteriores de reduzir os fluxos migratórios, como o acordo entre a UE e a Turquia em 2016, diminuíram as chegadas, mas aumentaram a dependência europeia de governos externos. A pressão sobre o sistema de asilo gera superlotação em centros de recepção, atrasos nos processos administrativos e judiciais e forte demanda por serviços públicos. Ao mesmo tempo, países do norte e centro da Europa, como Alemanha, França, Países Baixos e Bélgica, enfrentam dificuldades para acomodar novos requerentes de asilo devido à escassez de habitação e à pressão sobre os sistemas de saúde, educação e proteção social. Está é a justificativa resumida para a implementação destas reformas migratórias[2].

Na contramão deste movimento de criminalização dos imigrantes, está a Espanha, em processo de legalização da situação de cerca de 500.000 migrantes, conforme abordado na última edição desse Informe Europa. Neste mesmo sentido está a notícia de que Portugal teria atingido recorde de natalidade em 2025, impulsionado pelo aumento de mães imigrantes, com destaque para as mulheres de nacionalidade brasileira[3]. A notícia torna-se especialmente relevante ao se colocar em perspectiva a mudança no perfil demográfico dos países europeus, que envelhecem rapidamente e constantemente, registram queda em suas taxas de natalidade.

Apesar da falta de consenso sobre a adesão da Ucrânia à União Europeia, uma cúpula realizada em Montenegro recolocou no centro da agenda a entrada de novos membros na UE. Líderes europeus defenderam acelerar a integração dos países dos Bálcãs Ocidentais, além de manter abertas as perspectivas de adesão para a Ucrânia e a Moldávia. O argumento central é geopolítico: diante da guerra na Ucrânia e da competição global entre grandes potências, Bruxelas considera a ampliação um investimento estratégico em estabilidade e segurança. A guerra na Ucrânia continua moldando as prioridades europeias e no debate, foram reforçados compromissos de cooperação em defesa, combate ao crime organizado e alinhamento com

[1] https://www.theguardian.com/world/2026/jun/02/eu-accused-creating-ice-style-immigration-enforcement-system?. Acesso em 08/06/2026.
[2] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/09/pacto-migratorio-da-ue-entra-plenamente-em-vigor-estarao-os-paises-preparados-para-cumprir. Acesso em 09/06/2026
[3] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/08/portugal-atinge-recorde-de-natalidade-em-2025-impulsionado-pelo-aumento-de-maes-imigrantes. Acesso em09/06/2026

sanções internacionais[4]. Antes da cúpula, o presidente do Conselho Europeu, Antônio Costa, defendeu a simplificação das regras de adesão à EU, o fim da unanimidade como processo decisório para tal e o reforço do papel dos Balcãs na estabilidade europeia[5].

Embora não tenha ocorrido uma grande virada militar na quinzena, a guerra na Ucrânia continua sendo o principal tema de segurança europeia. Os governos europeus mantêm apoio político, econômico e militar ao país, enquanto discutem novo pacote de sanções à Rússia. Ao mesmo tempo, a escalada do conflito entre Irã, Estados Unidos e Israel aumentou preocupações na Europa sobre energia, segurança e estabilidade econômica. A propósito, este novo pacote de sanções visa adiar a revisão agendada do teto ao preço do petróleo russo, que disparou após o fechamento do Estreito de Ormuz. O limite de preço pago pelo petróleo russo é aplicado em conjunto com o G7 e a Austrália e estava fixado em 15% abaixo do preço médio. No entanto, a escalada no preço desencadeada pelo fechamento de Ormuz, fez o preço do petróleo russo subir. A proposta da Comissão é manter o preço como está agora e só revisá-lo em janeiro de 2027, preservando a pressão sobre as receitas da Rússia. O foco no limite de preços dá sinais de que a proibição de importação de petróleo russo pela Europa ainda está distante de acontecer. Uma cúpula do G7 está prevista para os próximos dias e o assunto estará em pauta para discussão. Internamente à EU, a aprovação das sanções exige unanimidade dos 27 Estados-membros. Será o 21º pacote de sanções contra a Rússia desde fevereiro de 2022[6].

A comissão europeia anunciou uma grande iniciativa marítima de 92 milhões de euros para criação de uma rede global de vigilância dos oceanos no âmbito do Plano Europeu de Observação Oceânica. O programa pretende extrapolar os limites da pesquisa científica para um quadro de policiamento dos mares, com objetivo de projetar o poder ocidental e proteger infraestruturas críticas, por intermédio de patrulhamento e inteligência oceânica[7]. O OceanEye é uma iniciativa estratégica para transformar a União Europeia na principal potência mundial em monitoramento, coleta de dados e inteligência sobre os oceanos até 2035[8]. Para tal, a UE fará uso de satélites, boias oceanográficas, sensores submarinos, drones marítimos, cabos submarinos equipados com instrumentos científicos, inteligência artificial. O plano é unificar dados marítimos fragmentados por meio de um sistema centralizado que levará a uma simulação virtual do mar, fazendo uso de inteligência artificial e monitoramento autônomo para previsões de padrões meteorológicos à riscos geopolíticos para o transporte marítimo. A medida passa por estratégias de segurança e defesa marítima, para proteger sistemas de energia e dados submarinos. Cabos submarinos são responsáveis pela imensa maioria do tráfego internacional de internet e, consequentemente, transações econômicas, que estão sob constante ameaça de sabotagem.

Como parte da iniciativa, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a criação de uma Aliança Internacional para o Sistema Global de Observação dos Oceanos, em parceria com a Uncesco. O Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS, na

[4] https://www.eeas.europa.eu/eeas/security-cooperation-heart-european-defence-during-eu-western-balkans-summit_en?. Acesso em 08/06/2026
[5] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/05/antonio-costa-defende-regras-de-adesao-a-ue-mais-simples-antes-de-cimeira-dos-balcas-ocide. Acesso em 09/06/2026
[6] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/09/uniao-europeia-propoe-novo-pacote-de-sancoes-a-russia. Acesso em 09/06/2026.
[7] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/04/uniao-europeia-lanca-plano-de-92-milhoes-para-rede-global-de-vigilancia-dos-oceanos. Acesso em 09/06/2026
[8] https://pt.euronews.com/my-europe/2026/06/04/uniao-europeia-lanca-plano-de-92-milhoes-para-rede-global-de-vigilancia-dos-oceanos. Acesso em 06/06/2026

sigla em inglês) é coordenado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Unesco e provê a infraestrutura global para observação dos oceanos, entregando acesso aberto e gratuito às informações. Apesar de sua importância, o Sistema está subfinanciado. A Aliança reunirá os países da EU e parceiros internacionais para reforçar a observação oceânica global, garantir financiamento e colaborar mais intensamente. Está previsto para setembro de 2026, um evento para mobilizar contribuições para o GOOS[9].

Considerações Finais

Os acontecimentos da última quinzena evidenciam uma União Europeia cada vez mais orientada por preocupações de segurança, controle de fronteiras e projeção estratégica de poder. A implementação do Novo Pacto de Migração e Asilo marca uma inflexão importante na política migratória europeia, reforçando mecanismos de deportação e contenção de fluxos migratórios em resposta às dificuldades enfrentadas pelos Estados-membros na gestão do asilo e da imigração irregular. Ao mesmo tempo, experiências como as da Espanha e de Portugal demonstram as contradições inerentes ao debate migratório europeu, uma vez que a imigração continua desempenhando papel relevante para a sustentabilidade demográfica e econômica de sociedades em acelerado processo de envelhecimento. Isto sem falar na crise da força de trabalho na saúde, por exemplo, que leva países europeus a importarem profissionais de saúde de diversas partes do mundo.

No plano geopolítico, a guerra na Ucrânia permanece como elemento estruturante das prioridades europeias, influenciando tanto o debate sobre sanções à Rússia quanto a retomada das discussões sobre a ampliação da União Europeia. A integração dos Bálcãs Ocidentais, bem como as perspectivas de adesão da Ucrânia e da Moldávia, são cada vez mais tratadas por Bruxelas como instrumentos de estabilidade regional e fortalecimento da posição europeia em um cenário internacional marcado pela crescente competição entre grandes potências.

Por fim, o lançamento do OceanEye revela que a estratégia europeia ultrapassa as dimensões continental e terrestre, incorporando os oceanos como espaço central de disputa tecnológica, econômica e de segurança. Ao investir em capacidades de monitoramento marítimo, inteligência de dados e proteção de infraestruturas críticas, a União Europeia busca ampliar sua autonomia estratégica e consolidar sua influência em áreas consideradas essenciais para o funcionamento da economia global e para a segurança internacional.

Em conjunto, os temas analisados apontam para uma Europa que procura responder simultaneamente a desafios internos de governança, demografia e coesão social, enquanto fortalece sua posição geopolítica em um contexto internacional cada vez mais instável e competitivo.

[9] https://commission.europa.eu/topics/fisheries-and-ocean/reinforcing-global-ocean-observation_en. Acesso em 09/06/2026.